

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Narrativas, Identidades e Luta Política

“Os únicos derrotados são os que cruzam os braços” – expressa o espírito deste livro e faz jus às memórias e experiências de luta pela terra no Brasil. As reflexões, reunidas em sete capítulos, presentificam processos históricos de famílias sem terra, que não cruzam os braços e lutam pelo acesso à terra e ao direito de ser. Camponeses que atualizam demandas e lutam por reconhecimento de sujeitos históricos e pela cidadania no campo!

(Sergio Sauer – Professor Adjunto da Universidade de Brasília/UnB).

Esta obra traduz teórica e metodologicamente como os Sem Terra constituíram-se Sujeitos Individuais e Sujeitos Coletivos de Direitos na luta pela terra, a partir dos anos de 1960. Eles não cruzaram os braços! A cada despejo dos acampamentos às margens das rodovias, ou quando já instalados, mesmo que provisoriamente na terra ocupada, parafraseando José Mujica, não se vergaram, “não se resignaram a derrota”.

As histórias de vida dos trabalhadores da terra evidenciam essa dimensão, a de não se vergarem e utilizarem diferente meios de obter Direitos e Justiça. Ora individualmente contra o fazendeiro que lhes impedia o acesso à água, desviando o córrego, ora inviabilizando a permanência na terra, por meio da intimidação, destruição de suas plantações e habitações, entre outras formas. Pequenos posseiros recorreram à Justiça, lutaram pelo seu modo de vida na e pelo cultivo da terra e nas suas vivências teceram suas identidades políticas, não raras vezes sem terem participado de um movimento social. E, igualmente, organizaram-se coletivamente em confrontos diretos com os jagunços e, ou, o aparato policial do Estado.

Entendo que os expropriados da terra, do trabalho, de perspectivas de vida e do pertencimento a uma ambiência, em grande medida, individual ou coletivamente, ao lutarem o fizeram movidos pelo desejo emancipador e libertário. Individualmente a resistência também se faz, mesmo quando tendemos ou não a observarmos ou conseguirmos interpretar nas palavras e gestos: “eu esforçava-me por ser agradável, apesar de o desprezo que sentia por ele”¹. Há que se entender as múltiplas formas de dominação

¹ A fala é de um rendeiro francês, Tino. Ele havia apreendido, ao contrário de seu pai, “a arte de dissimular, tão necessária nesta vida”. GUILLAUMIN, Émile. *The life of a simple man*, p.

dos sujeitos e sua insubordinação nas relações de mando da parceria, do arrendamento, da moradia “de favor”, entre outras. Nas diversas formas de insubordinação, mesmo as ocultas, aquelas silenciosas ou quase imperceptíveis os fizeram como *Sem Terra*, Sujeitos Políticos². Essa opção contraria parte da historiografia.

Independentemente de ocuparem pequenas posses, serem peões das fazendas, pequenos arrendatários e pequenos agricultores familiares, de lutarem individualmente com suas famílias e, ou, organizados em movimentos sociais suas opções evidenciam que lutavam por direitos face ao opressor, ao fazendeiro, ao latifundiário especulador de terras.

Os textos dessa Obra foram produzidos por estudiosos sobre a questão agrária brasileira e, sobre os Sem Terra e o MST. Especialistas que contribuem para avançar sobre um objeto tão ou mais atual do que o era no século XIX, para identificar um período no qual a questão agrária estava relacionada ao acesso à terra aos trabalhadores pobres e a libertação dos escravos, particularmente intensamente debatida na Câmara Federal e no Senado, em grande medida motivada pelos interesses e preocupações dos latifundiários e pelas ações dos abolicionistas.

Metodologicamente, como se verá nos capítulos deste livro, é preciso tecer um regressivo histórico analítico, para se entender a formação econômico-social e, em suas relações contraditórias, a luta, as estratégias de sobrevivência dos camponeses e, elas, cotejadas com o entendimento da atuação dos dominadores. Assim, ao revisitar, ouvir de novo e repetidas vezes as narrativas, ao que não é dito, aos silêncios, as interrupções, amalgamado aos diálogos e as memórias que ficaram dos encontros com os entrevistados. Tal procedimento pode explicitar, por vezes, mais que a memó-

83. Op. cit.: SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra livre, 2013. p. 28.

² Nos textos dos capítulos não há homogeneidade na grafia da expressão dos Trabalhadores Sem Terra, sendo utilizados os termos sem-terra e Sem Terra. Utilizo, neste texto e no Capítulo 7, a denominação Sem Terra em maiúsculo, independentemente dos trabalhadores estarem ou vinculados ao MST. Os sem a terra também interpretam as relações sociais, se posicionam e agem individual ou coletivamente para manter ou conquistar a terra, exemplos não faltam na historiografia, como a Revolta de camponeses da Gleba Silva Jardim, em 1961, no Oeste do Paraná. Portanto, possuem identidades de interesses e de luta, são sujeitos políticos. A produção intelectual na e pela diversidade é incondicional, modo pelo qual os avanços historiográficos são possíveis. Designo os camponeses com essa expressão, porque desenvolvem lutas individuais ou coletivas, mesmo nas situações de dominação e subordinação política. Na contraposição da subordinação se tece a insubordinação política. A hegemonia nunca é absoluta.

ria guardou no primeiro movimento em direção ao entrevistado e, sobretudo o que conviveu, partilhou com ele, e do que compartilhou contigo. Às vezes, o pesquisador está mais preocupado com as perguntas e as respostas, e muito menos com o conteúdo. E assim, lhe escapa a possibilidade de explicitar a essência da narrativa, do que o entrevistado pretende ou quer expressar, embora enfatizemos que se trata de um diálogo de iguais, no reconhecimento da diversidade.

As abordagens nesta obra rompem com paradigmas, questões e ideias consolidadas sobre os Sem Terra. Recorrem, analiticamente, a partir de narrativas, aos processos da luta dos pobres da terra, com trajetórias diversas, mas com muitos pontos em comum, experiências de luta individuais e coletivas, permeadas por sociabilidades e tessituras de discussões políticas significativas e transformadoras, (re)criadas em espaços sociais, não raras vezes como infrapolítica, para, em muitos casos, tornar-se a política visível do enfrentamento coletivo direto.

Todos os textos dos capítulos foram escritos com o acadêmico numa travessia, do rigor do inverno na transição para a primavera, quando a necessidade da solidariedade se fez mais forte em nosso País, numa conjuntura de enfrentamento a uma Pandemia, e nas vivências dela as ações por um novo tempo ganham mais força! Difícil dizer do amanhã, mas tendo a acreditar sempre na humanidade para a superação dos desafios que impõe uma doença, mas, igualmente esperamos o “levantar-se” de todos na luta com os oprimidos, subjugados em relações subalternas expropriados de seus meios de produção e ambiências.

A multiplicidade de temas, problemas e abordagens permeiam cada um dos capítulos. O primeiro é do renomado professor Clifford Andrew Welch. Ele analisa com filigranas as produções acadêmicas que abordam diferentes temas no que tange aos Sem Terra. “O que é o MST?”, questiona o autor. Assim a partir de tal questão central, percorre analiticamente os trabalhos de pesquisa que se debruçam sobre o Movimento e sobre as narrativas dos Sem Terra. Num olhar atento, mostra os caminhos trilhados, as problematizações e as evidências dos estudos sobre o MST e os Sem Terra. O capítulo fornece um conjunto vasto de filigranas aos pesquisadores sobre os Sem Terra e o MST, ao captar em síntese os problemas, as abordagens e as conclusões dos autores. Concluí que, “Apesar de suas divergências, os autores das obras aqui consideradas certamente concordariam com a narrativa de Mézáros ao determinar que as mudanças

progressivas ‘só se tornarão reais na medida em que os trabalhadores rurais lutarem para torná-las’³.

Maria Celma Borges, no seu capítulo, tecido com a vivência e o cuidado esmerado de pesquisadora, centra-se “para o modo como a história rural pode contribuir na leitura do presente e como passado e contemporaneidade se inter-relacionam na dimensão da importância do campesinato na história do Brasil”. Na discussão das relações tecidas entre a militância, a direção e a base do MST” a autora, com rigor e propriedade sobre o assunto, analisa “a objetividade e a subjetividade das práticas camponesas, com o olhar para os dois primeiros assentamentos rurais conquistados pelo MST no Pontal do Paranapanema: o assentamento São Bento e o Che Guevara, ambos em Mirante do Paranapanema –SP, visando apresentar um retorno a um panorama dessas lutas pelos campos do Pontal no início do século XXI”. Em sintonia a metodologia, pontua questões “para o presente a fim de indagar o que permaneceu e/ou transformou-se no MST”, após o período de mais de uma década e meia de seu trabalho de doutorado.

No capítulo seguinte, Vagner José Moreira, problematiza a narrativa de uma militante sem-terra engajada politicamente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentamento Valmir Mota, Cascavel, Paraná (décadas de 2000 e 2010). O objetivo central do capítulo é “historiar a formação da identidade sem-terra a partir das reminiscências produzidas no diálogo estabelecido entre a entrevistada e os pesquisadores para a produção da fonte oral”. Como bem observa o autor, a preocupação “[...] não é a totalidade da história da luta pela reforma agrária no assentamento Valmir Mota”. O texto traduz-se numa análise primorosa sobre a história oral e os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, as memórias e a metodologia da história oral.

Já Douglas Menezes, mostra que a partir do final da década de 1970 e, principalmente com o início da Nova República, ocorreram diferentes formas de organização de movimentos sociais em defesa do direito à terra, tecido por meio de ocupações e a formação de acampamentos no Brasil. O capítulo interpreta ainda algumas experiências de sem-terra do MST, que formaram os movimentos de resistência organizada na luta e conquista da terra no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na região de fronteira entre Brasil e o Paraguai. O autor apresenta a historicidade da atuação dos movimentos, com destaque para as contradições entre os diferentes grupos sociais e os agentes do Estado. Os espaços e tempos transitados

³ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and The Politics of Land Reform*, p. 188.

nesse texto foram indissociáveis para a compreensão do *fazer-se* da resistência cotidiana.

No V capítulo, Ricardo Callegari, a partir de um título provocativo, “Vamos fazer, chega de discurso”, dos camponeses, problematiza como, mediante ao *enquadramento* imposto pela Ditadura Civil-militar, os camponeses criaram espaços sociais de organização política, para discutirem as contradições vividas. A partir dessa premissa as práticas políticas construídas pelos camponeses durante os anos de 1964 até 1985.

As transformações sociais de produção engendraram as oposições sindicais da década de 1980 e a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes e, após, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explica. Os enfrentamentos diretos durante a década de 1980, com a formação de oposições sindicais e ocupações de terra, evidenciam a necessidade de compreender como os camponeses interpretaram e se relacionaram com a “política moderna” do período. Este processo, não é mecânico (modernização criando a luta), como algumas interpretações o fazem, pontua o autor. Os camponeses viveram e interpretaram o processo de transformação produtiva no campo e se posicionaram/contrapuseram a ele.

Rose Elke Debiasi nos convida a uma reflexão basilar no que tange as transformações “na formação de militantes e a criação de um método de trabalho nas comunidades rurais, especialmente do(s) Nordeste(s), resultantes do trabalho político desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos anos de 1980 e 1990”.

A autora enfatiza “o protagonismo dos militantes migrantes”, cotejando uma multiplicidade de dimensões “desenvolvidas ou incorporadas, consideradas “facilitadoras” ou “modeladoras” do trabalho militante no Nordeste, em grande medida, responsáveis por assegurar a estruturação e a unidade do MST” no âmbito nacional. Seu foco central é problematizar “as condições que oportunizaram a formação de lideranças com características peculiares e os (re)arranjos realizados nas comunidades sertanejas”. A autora explicita “a transformação operada em um formato de militância gestado no Sul do país”, durante os anos de 1980. E, ao mesmo tempo, evidencia “os aportes teóricos, sobretudo os de orientação marxista, a influência religiosa, as tensões e as expectativas de jovens que buscaram no MST um projeto de vida, trabalho e militância”.

Finalizando a obra o Capítulo “Os Rituais em Narrativas de Assentados Rurais”. Nele analiso as práticas político-religiosas e representações so-

ciais atribuídas a elas pelos trabalhadores e lideranças do MST, nos processos de luta pela terra. Essa questão central é discutida a partir da historicidade das representações, em suas linguagens e substrato material, nas relações sociais. A Mística, que se tece por meio de práticas rituais (encenações, gestos, palavras de ordem, romarias da terra, símbolos, poesias, cantos, entre outros), promove a coesão social, a solidariedade e o engajamento na luta pela terra e reforma agrária.

A mística pode tornar-se um importante meio crítico para a constituição política, para a autonomia dos sujeitos Sem Terra e a sua luta. Todavia, ela não deve ser trabalhada de forma isolada, pois a ciência, o conhecimento acadêmico da realidade e a produção de tecnologia são igualmente importantes para avançar na luta pela reforma agrária e para a sustentabilidade socioambiental. Para a feitura do texto, o diálogo com as narrativas gravadas, cadernos de formação produzidos pela CPT e MST constituem parte da documentação utilizada para uma narrativa que liga ‘pontos’ a partir de indícios e evidências materiais.

No seu conjunto, a presente obra evidencia que a história, entendida como relações e experiências compartilhadas e, não raras vezes conflitantes e contraditórias, não guardam simetria, tampouco suas interpretações acadêmicas, não obstante o rigor acadêmico exigir o texto acadêmico sem contradições internas, essa obra, por meio de seus capítulos aponta para a sensibilidade e o rigor do historiador(a).

Em suma, por oportuno, vale lembrar José Mujica, quando diz: “A vida é uma luta e é uma luta permanente, com avanços e retrocessos, não é o fim do mundo. Portanto, aprender com os erros cometidos e recomeçarmos deve ser permanente. (...). Não há derrota definitiva e nem triunfo definitivo”, há aprendizados nas vivências cotidianas pela Vida!

Davi F. Schreiner
Organizador